



Receita Federal do Brasil Analista-Tributário

LÍNGUA PORTUGUESA

Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); interpretação e organização interna.....	01
Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos.	30
emprego de tempos e modos dos verbos em português. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais; processos de formação de palavras; mecanismos de flexão dos nomes e verbos.. ..	32
Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação.	45
concordância nominal e verbal.	49
transitividade e regência de nomes e verbos	50
padrões gerais de colocação pronominal no português.....	51
mecanismos de coesão textual.	53
Ortografia.....	54
Acentuação gráfica.	56
Emprego do sinal indicativo de crase.....	57
Pontuação	58
Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo.....	61
variação linguística.	63
norma culta.....	66
Exercícios	69
Gabarito.....	79

LÍNGUA INGLESA

Conhecimento e uso das formas contemporâneas da linguagem inglesa. Compreensão e interpretação de textos variados: domínio do vocabulário e da estrutura da língua, ideias principais e secundárias, explícitas e implícitas, relações intratextuais e intertextuais. Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos. Palavras e expressões equivalentes. Elementos de referência	01
Exercícios	67
Gabarito	72

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Lógica: proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de

SUMÁRIO



novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais. Problemas de lógica e raciocínio	01
Conjuntos e suas operações, diagramas	41
Números inteiros, racionais e reais e suas operações	51
porcentagem	57
juros	60
Proporcionalidade direta e inversa	62
Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo	67
Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas	74
Problemas de contagem	78
Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área. Plano cartesiano: sistema de coordenadas, distância	85
Exercícios	102
Gabarito	109

ESTATÍSTICA

Estatística descritiva	01
Média, moda, mediana e desvio padrão	16
Probabilidade e distribuições de probabilidade	20
Inferência: estimativa pontual e intervalar e testes de hipóteses	27
Predição: abordagens; séries temporais; regressão linear simples e múltipla	37
Régressão logística	48
Exercícios	51
Gabarito	54

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

Teoria da administração e das organizações. Funções de administração: planejamento, organização, direção e controle. Papéis e habilidades do administrador. Planejamento estratégico: conceitos, princípios, etapas, níveis, métodos e ferramentas. Planejamento tático. Planejamento operacional. Administração por objetivos	01
O processo administrativo	20
Organização: princípios de organização; estrutura organizacional; departamentalização; centralização e descentralização	21
Processo decisório: tipos de decisões; decisão racional; heurísticas; ferramentas de apoio à decisão	21
Comportamento organizacional: cultura organizacional; motivação; liderança; comunicação; equipes de trabalho	31
Controle: tipos de controle; sistemas de controle	36
Balanced scorecard. Gestão de pessoas: evolução; conceitos básicos; abordagem estratégica; indicadores de gestão de pessoas. Recrutamento e seleção de pessoas: visão geral e conceitos básicos; relação com os demais processos de gestão de pessoas; recrutamento interno e externo; técnicas de recrutamento e seleção. Análise e descrição de cargos.	

SUMÁRIO



SUMÁRIO

Treinamento e desenvolvimento: visão geral e conceitos básicos; relação com os demais processos de gestão de pessoas; métodos; avaliação de programas de treinamento e desenvolvimento. Gestão do desempenho: visão geral e conceitos básicos; relação com os demais processos de gestão de pessoas; métodos. Gestão por competências	37
Gestão da qualidade e modelo de excelência gerencial: principais teóricos e suas contribuições para a gestão da qualidade; ferramentas de gestão da qualidade	82
Gestão de projetos: modelos, etapas, elaboração, técnicas de análise e avaliação de projetos ..	86
Gestão de processos. Conceitos da abordagem por processos. Técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos. Noções de estatística aplicada ao controle e à melhoria de processos; BPM	87
Administração Financeira. Indicadores de Desempenho. Tipo. Variáveis. Princípios gerais de alavancagem operacional e financeira. Planejamento financeiro de curto e longo prazo.	
Conceitos básicos de análise de balanços e demonstrações financeiras	90
As reformas administrativas e a redefinição do papel do Estado; reforma do serviço civil (mérito, flexibilidade e responsabilização) e reforma do aparelho do Estado	94
Administração Pública: do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático; o Estado oligárquico e patrimonial, o Estado autoritário e burocrático, o Estado do bem-estar, o Estado regulador ..	101
Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade	118
Governo eletrônico; transparência da administração pública; controle social e cidadania; accountability	120
Gestão por resultados na produção de serviços públicos	129
Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais	151
Administração de pessoal ..	174
Administração de compras e materiais: processos de compras governamentais e gerenciamento de materiais e estoques	206
Sustentabilidade das contratações	244
Mudanças institucionais: conselhos, organizações sociais, organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), agência reguladora, agência executiva, consórcios públicos	249
Conceitos básicos de planejamento. Aspectos administrativos, técnicos, econômicos e financeiros. Formulação de programas e projetos. Avaliação de programas e projetos. Tipos de avaliação. Análise custo benefício e análise custo-efetividade	264
Governança Pública. Conceitos fundamentais. Princípios, diretrizes e níveis de análise. Sistema de governança. Práticas de governança	280
Gestão de Riscos: princípios, objetos, técnicas, modelos nacionais e internacionais, integração ao planejamento. Processo de Gestão de Riscos: comunicação, consulta, contextualização, identificação, análise, tratamento, monitoramento e retroalimentação. Boas práticas de gestão de Riscos	288
Processo de formulação e desenvolvimento de políticas: construção de agendas, formulação de políticas, implementação de políticas, financiamento de políticas públicas, indicadores de desempenho de políticas públicas	292
As políticas públicas no Estado brasileiro contemporâneo; descentralização e democracia; participação, atores sociais e controle social; gestão local, cidadania e equidade social	294
Planejamento e avaliação nas políticas públicas.	302
Lei Federal nº 12.527/2011 e suas alterações (Lei de Acesso à Informação)	306
Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência)	321
Exercícios	322
Gabarito	329



FLUÊNCIA EM DADOS

conceitos, atributos, métricas, transformação de Dados.....	01
Análise de dados. Agrupamentos. Tendências. Projeções.....	08
Conceitos de Analytics	17
Aprendizado de Máquina.....	22
Inteligência Artificial	33
Processamento de Linguagem Natural	40
Governança de Dados: conceito, tipos (centralizada, compartilhada e colegiada).....	46
Ciência de dados: Importância da informação	50
Big Data. Big Data em relação a outras disciplinas.....	56
Ciência dos dados	78
Ciclo de vida do processo de ciência de dados	78
Papeis dos envolvidos em projetos de Ciência de dados e Big Data	78
Computação em nuvens.....	78
Arquitetura de Big Data	85
Modelos de entrega e distribuição de serviços de Big Data.....	85
Plataformas de computação em nuvem para Big Data	86
Linguagens de programação para ciência de dados: linguagem Python e R	86
Bancos de dados não relacionais: bancos de dados NoSQL; Modelos Nosql.....	103
Principais SGBD's.	108
Soluções para Big Data.....	115
Exercícios	115
Gabarito.....	126

DIREITO CONSTITUCIONAL

Teoria Geral do Estado	1
Os poderes do Estado e as respectivas funções	5
Teoria geral da Constituição. Conceito. Origens. Conteúdo. Estrutura. Classificação. Tipos de Constituição. Poder constituinte.....	21
Supremacia da Constituição	31
Constituição. Interpretação e controle de constitucionalidade. Normas constitucionais e inconstitucionais. Competência dos tribunais. Efeitos da decisão no controle de constitucionalidade	33
Emenda, reforma e revisão constitucional	38
Hierarquia das normas jurídicas	41
Os princípios constitucionais. Dos princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil	42
Dos direitos e garantias fundamentais	44
Da organização do Estado político administrativo	67
Da Administração Pública. Dos servidores públicos civis	77
A organização dos Poderes	83
O Poder Legislativo. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária. O Controle Externo e os Sistemas de Controle Interno. Tribunal de Contas da União	83
O Poder Executivo. O Presidente e o Vice-Presidente da República. As atribuições do Presidente da República. A responsabilidade do Presidente da República. Os Ministros	

SUMÁRIO

SUMÁRIO

de Estado	83
O Poder Judiciário. Disposições Gerais. O Supremo Tribunal Federal. O Superior Tribunal de Justiça	83
O Ministério Público	83
A defesa do Estado e das instituições democráticas	90
Da tributação e do orçamento. Sistema Tributário Nacional. Das finanças públicas. Do orçamento	92
Da ordem econômica e financeira	122
Da ordem social	136
Das disposições gerais	141
Das disposições constitucionais transitórias	145
Questões	187
Gabarito	201

DIREITO ADMINISTRATIVO

Administração pública: princípios básicos	1
Poderes administrativos: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia, uso e abuso do poder	7
Ato administrativo: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação	20
Organização administrativa: administração direta e indireta; centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista	42
Consórcios públicos (Lei nº 11107/2005)	49
Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação	55
Servidores públicos: cargo, emprego e função públicos	56
Lei nº 8112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União e alterações): disposições preliminares; provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens: vencimento e remuneração, vantagens, férias, licenças, afastamentos, direito de petição; regime disciplinar: deveres e proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades; processo administrativo disciplinar	77
Processo administrativo (Lei nº 9784/1999)	136
Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo	148
Responsabilidade extracontratual do Estado	158
Improbidade Administrativa (Lei nº 8429/1992)	166
Nova Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 14133/2021)	184
Serviços públicos Conceito, pressupostos constitucionais, regime jurídico, princípios do serviço público, usuário, titularidade Delegação de serviço público: autorização, permissão e concessão	222
Bens públicos: regime jurídico, classificação, administração, aquisição e alienação, utilização por terceiros: autorização de uso, permissão de uso, concessão de uso, concessão de direito real de uso e cessão de uso Intervenção do Estado na propriedade: desapropriação, servidão administrativa, tombamento, requisição administrativa, ocupação temporária, limitação administrativa	243
Terceiro Setor: Entes paraestatais	249
Lei Geral de Proteção a Dados (Lei nº13709/2018).....	249
Questões	277



Gabarito	289
----------------	-----

DIREITO TRIBUTÁRIO

Competência Tributária.....	1
Limitações Constitucionais do Poder de Tributar	2
Imunidades	4
Princípios Constitucionais Tributários. Fontes do Direito Tributário	7
Conceito e Classificação dos Tributos.....	12
Tributos de Competência da União	18
Tributos de Competência dos Estados	21
Tributos de Competência dos Municípios.....	25
Simples	26
Legislação Tributária.....	32
Vigência da Legislação Tributária. Aplicação da Legislação Tributária. Interpretação e Integração da Legislação Tributária.....	37
Obrigação Tributária Principal e Acessória. Fato Gerador da Obrigação Tributária. Sujeição Ativa e Passiva. Solidariedade. Capacidade Tributária. Domicílio Tributário.	
Responsabilidade Tributária. Conceito. Responsabilidade dos Sucessores.	
Responsabilidade de Terceiros. Responsabilidade por Infrações	40
Crédito Tributário. Conceito. Constituição do Crédito Tributário. Lançamento. Modalidades de Lançamento. Hipóteses de alteração do lançamento. Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário. Modalidades. Extinção do Crédito Tributário. Modalidades. Pagamento Indevido. Exclusão do Crédito Tributário. Modalidades. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário.....	48
Administração Tributária. Fiscalização. Dívida Ativa. Certidões Negativas.....	65
Sigilo Fiscal.....	70
Processo Administrativo Fiscal (Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972).....	73
Questões	105
Gabarito	115

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Aspectos teóricos e conceituais da Seguridade Social e Previdência Social.....	1
Seguridade Social. Origem e evolução legislativa no Brasil. Conceituação. Organização e princípios constitucionais.....	3
Legislação previdenciária. Conteúdo, fontes, autonomia. Aplicação das normas previdenciárias. Vigência, hierarquia, interpretação e integração. Orientação dos tribunais superiores	18
Regime Geral de Previdência Social. Princípios e objetivos	29
O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS).....	32
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, em seu enfoque jurídico, atualizada até a data do edital (Lei do custeio)	33
Segurados obrigatórios. Filiação e inscrição. Conceito, características e abrangência de: empregado, empregado doméstico, empresário, contribuinte individual, equiparado ao contribuinte individual, microempreendedor individual (MEI), trabalhador avulso e segurado	

SUMÁRIO

especial e Segurado facultativo.....	77
Conceito, características, filiação e inscrição de: Dependentes.....	95
Trabalhadores excluídos do Regime Geral	99
Empresa e empregador doméstico: conceito previdenciário.....	99
Financiamento da seguridade social. Receitas da União. Receitas das contribuições sociais: dos segurados, das empresas, do empregador doméstico, do produtor rural, do clube de futebol profissional, de concursos de prognósticos e de outras fontes. Salário de contribuição. Conceito. Parcelas integrantes e parcelas não integrantes. Limites mínimo e máximo. Salário-base: enquadramento, fracionamento, progressão e regressão.	
Proporcionalidade. Reajustamento. Arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas à seguridade social. Obrigações da empresa e demais contribuintes. Prazo de recolhimento	100
Responsabilidade solidária: conceito, natureza jurídica e características. Aplicação na construção civil, na cessão de mão de obra e em grupo econômico.....	118
Isenções e parcelamentos de contribuições: requisitos, manutenção e perda	122
Crimes contra a seguridade social	125
Infrações à legislação previdenciária.....	132
Questões	139
Gabarito	146

CONTABILIDADE GERAL

Contabilidade. Conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil.	
Princípios	01
Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC)	05
Conceitos, forma de avaliação, evidenciação, natureza, espécie e estrutura	09
Atos e fatos administrativos	11
Livros contábeis obrigatórios	13
Documentação contábil	16
Variação do patrimônio líquido. Receita, despesa, ganhos e perdas. Itens Patrimoniais.	
Conteúdo, conceitos, estrutura, formas de avaliação e classificação dos itens patrimoniais do ativo, do passivo e do patrimônio líquido	17
Apuração dos resultados	24
Regimes de apuração	31
Caixa	32
competência	32
Escrituração contábil	32
Lançamentos contábeis	40
Contas patrimoniais, resultado	48
Fatos contábeis. Permutativos, modificativos e mistos	50
Demonstrações contábeis	52
Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado	75
Notas explicativas às demonstrações contábeis. Conteúdo, forma de apresentação e exigências legais de informações.....	85
Ajustes, classificações e avaliações dos itens patrimoniais exigidos pelas novas práticas	



contábeis adotadas no Brasil trazidas pela Lei Federal nº 11.638/07 e suas alterações e Lei Federal nº 11.941/09 e suas alterações	86
Estoques. Tipos de inventários, critérios e métodos de avaliação	89
Apuração do custo das mercadorias vendidas, tratamento contábil dos tributos incidentes em operações de compras e vendas	107
Exercícios	115
Gabarito	124

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Imposto sobre a Importação. Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto. Fato gerador. Contribuinte. Base de cálculo. Apuração. Imposto sobre a Exportação. Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto. Fato gerador. Contribuinte. Base de cálculo. Apuração. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural. Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto. Competência e sujeito ativo. Fato gerador. Contribuinte. Base de cálculo . Apuração. Imposto sobre Produtos Industrializados. Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto. Fato gerador. Contribuinte. Base de cálculo. Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF. Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto. Fato gerador. Contribuinte. Base de cálculo. Apuração	
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto. Critérios orientadores. Renda e Proventos. Conceito. Disponibilidade Econômica ou jurídica. Acréscimo patrimonial	
Tributação das pessoas físicas. Fato Gerador. Contribuintes. Responsáveis. Base de cálculo. Deduções. Tributação exclusiva. Sistema de bases correntes. Recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão). Tributação Definitiva. Ajuste Anual	
Tributação das pessoas jurídicas. Fato gerador. Contribuintes. Responsáveis. Base de cálculo. Despesas dedutíveis e indedutíveis. Lucro real. Lucro presumido. Lucro arbitrado. Lucros, rendimentos e ganhos de capital obtidos no exterior. Preço de transferência. Investimentos em sociedades coligadas e controladas avaliados pelo método do patrimônio líquido. Reorganizações societárias. Tributação na fonte. Regime de caixa e regime de competência. Apuração	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível - Cide-Combustíveis (Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001). Princípios e regras constitucionais aplicáveis à contribuição. Fato gerador. Contribuinte. Base de cálculo. Apuração	
Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação (Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000). Princípios e regras constitucionais aplicáveis à contribuição. Fato gerador. Contribuinte. Base de cálculo. Apuração	
Exercícios	
Gabarito	

SUMÁRIO

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ADUANEIRA

Jurisdição Aduaneira. Território Aduaneiro. Portos, Aeroportos e Pontos de Fronteira Alfandegados. Alfandegamento. Recintos Alfandegados. Administração Aduaneira	01
Controle Aduaneiro de Veículos	06
Impostos, Taxas e Contribuições na Importação e na Exportação. Imposto de Importação. Incidência. Fato Gerador. Base de Cálculo. Cálculo. Contribuintes e Responsáveis. Pagamento e Depósito. Restituição e Compensação. Isenções e Reduções. Imunidade de livros, jornais e periódicos e do papel destinado à sua impressão	11
Imposto de Exportação. Incidência. Fato Gerador. Base de Cálculo. Cálculo. Contribuintes. Pagamento. Isenções. Incentivos Fiscais na Exportação	27
Imposto sobre Produtos Industrializados vinculados à Importação. Incidência. Fato Gerador. Base de Cálculo. Cálculo. Contribuinte. Prazo de Recolhimento. Isenções. Imunidades de Livros, Jornais e Periódicos e do Papel Destinado à sua Impressão. Suspensão do Pagamento.....	33
Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação. Incidência. Fato Gerador. Base de Cálculo. Contribuintes e Responsáveis Solidários. Isenções. Pagamento. Suspensão do Pagamento. Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na Importação de Cigarros	38
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis (CIDECombustíveis). Incidência. Fato Gerador. Contribuinte e Responsável Solidário. Base de Cálculo. Alíquota. Pagamento. Isenções.....	65
Taxa de Utilização do Siscomex	68
Regimes Aduaneiros Especiais e Aplicados em Áreas Especiais. Trânsito Aduaneiro. Admissão Temporária. Admissão Temporária para Aperfeiçoamento Ativo. Drawback. Entreposto Aduaneiro . Regime de Entreposto Aduaneiro sob Controle Aduaneiro Informatizado - Recof. Regime Aduaneiro Especial de Importação de Insumos Destinados a Industrialização por Encomenda de Produtos Classificados nas Posições 8701 a 8705 da NCM - Recom. Exportação Temporária. Exportação Temporária para Aperfeiçoamento Passivo. Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e Lavra das Jazidas de Petróleo e Gás Natural - Repetro. Regime Aduaneiro Especial de Importação de Petróleo Bruto e seus Derivados - Repex. Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - Reporto. Loja Franca. Depósito Especial. Depósito Afiançado. Depósito Alfandegado Certificado. Regimes Aduaneiros Aplicados em Áreas Especiais. Zona Franca de Manaus. Áreas de Livre Comércio. Zonas de Processamento de Exportação (ZPE).....	71
Controle Aduaneiro de Mercadorias. Despacho Aduaneiro. Despacho de Importação. Despacho de Exportação. Casos Especiais. Revisão Aduaneira. Normas Especiais. Mercadorias provenientes de naufrágio e outros acidentes. Abandono de Mercadoria ou de Veículo. Avaria, Extravio e Acréscimo. Mercadorias presumidas idênticas. Tráfego Postal. Tráfego de Cabotagem	81
Infrações e Penalidades Aduaneiras. Pena de perdimento. Multas. Sanções Administrativas. Relevação de penalidades. Representação Fiscal para Fins Penais. Infrações praticadas pelos Órgãos da Administração Pública	109
Crédito Tributário, Processo Fiscal e Controle Administrativo Específico da Área Aduaneira. Crédito Tributário. Lançamento de ofício. Acréscimos Legais. Decadência e Prescrição. Termo de Responsabilidade	112
Processo Fiscal. Processo de determinação e exigência de crédito tributário. Processo de perdimento. Processo de aplicação de penalidade pelo transporte rodoviário de mercadoria sujeita a pena de perdimento. Processo de aplicação de sanções administrativas aos	



intervenientes nas operações de comércio exterior. Processos de aplicação e de exigências dos direitos antidumping e compensatórios. Processos de consulta	115
Controle Administrativo Específico. Destinação de mercadorias. Controle de processos e de declarações. Atividades relacionadas aos serviços aduaneiros.....	120
Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDA F).....	121
Exercícios	124
Gabarito.....	129
Gabarito	133

SUMÁRIO



Tipos de Linguagem

Existem três tipos de linguagem que precisamos saber para que facilite a interpretação de textos.

- Linguagem Verbal é aquela que utiliza somente palavras. Ela pode ser escrita ou oral.



- Linguagem não-verbal é aquela que utiliza somente imagens, fotos, gestos... não há presença de nenhuma palavra.



- Linguagem Mista (ou híbrida) é aquele que utiliza tanto as palavras quanto as imagens. Ou seja, é a junção da linguagem verbal com a não-verbal.



PROIBIDO FUMAR

Além de saber desses conceitos, é importante sabermos identificar quando um texto é baseado em



Interpretar textos pode ser algo trabalhoso, dependendo do assunto, ou da forma como é abordado. Tem as questões sobre o texto. Mas, quando o texto é em outra língua? Tudo pode ser mais assustador.

Se o leitor manter a calma, e se embasar nas estratégias do Inglês Instrumental e ter certeza que ninguém é cem por cento leigo em nada, tudo pode ficar mais claro.

Vejamos o que é e quais são suas estratégias de leitura:

Inglês Instrumental

Também conhecido como Inglês para Fins Específicos - ESP, o Inglês Instrumental fundamenta-se no treinamento instrumental dessa língua. Tem como objetivo essencial proporcionar ao aluno, em curto prazo, a capacidade de ler e compreender aquilo que for de extrema importância e fundamental para que este possa desempenhar a atividade de leitura em uma área específica.

Estratégias de leitura

- Skimming: trata-se de uma estratégia onde o leitor vai buscar a ideia geral do texto através de uma leitura rápida, sem apegar-se a ideias mínimas ou específicas, para dizer sobre o que o texto trata.
- Scanning: através do scanning, o leitor busca ideias específicas no texto. Isso ocorre pela leitura do texto à procura de um detalhe específico. Praticamos o scanning diariamente para encontrarmos um número na lista telefônica, selecionar um e-mail para ler, etc.
- Cognatos: são palavras idênticas ou parecidas entre duas línguas e que possuem o mesmo significado, como a palavra “vírus” é escrita igualmente em português e inglês, a única diferença é que em português a palavra recebe acentuação. Porém, é preciso atentar para os chamados falsos cognatos, ou seja, palavras que são escritas igual ou parecidas, mas com o significado diferente, como “evaluation”, que pode ser confundida com “evolução” onde na verdade, significa “avaliação”.
- Inferência contextual: o leitor lança mão da inferência, ou seja, ele tenta adivinhar ou sugerir o assunto tratado pelo texto, e durante a leitura ele pode confirmar ou descartar suas hipóteses.
- Reconhecimento de gêneros textuais: são tipo de textos que se caracterizam por organização, estrutura gramatical, vocabulário específico e contexto social em que ocorrem. Dependendo das marcas textuais, podemos distinguir uma poesia de uma receita culinária, por exemplo.
- Informação não-verbal: é toda informação dada através de figuras, gráficos, tabelas, mapas, etc. A informação não-verbal deve ser considerada como parte da informação ou



Raciocínio Lógico-Matemático

Este tipo de raciocínio testa sua habilidade de resolver problemas matemáticos, e é uma forma de medir seu domínio das diferentes áreas do estudo da Matemática: Aritmética, Álgebra, leitura de tabelas e gráficos, Probabilidade e Geometria etc. Essa parte consiste nos seguintes conteúdos:

- Operação com conjuntos.
- Cálculos com porcentagens.
- Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.
- Geometria básica.
- Álgebra básica e sistemas lineares.
- Calendários.
- Numeração.
- Razões Especiais.
- Análise Combinatória e Probabilidade.
- Progressões Aritmética e Geométrica.

Raciocínio Lógico Dedutivo

Este tipo de raciocínio está relacionado ao conteúdo Lógica de Argumentação.

Orientações Espacial e Temporal

O raciocínio lógico espacial ou orientação espacial envolvem figuras, dados e palitos. O raciocínio lógico temporal ou orientação temporal envolve datas, calendário, ou seja, envolve o tempo.

O mais importante é praticar o máximo de questões que envolvam os conteúdos:

- Lógica sequencial
- Calendários

Raciocínio Verbal

Avalia a capacidade de interpretar informação escrita e tirar conclusões lógicas.

Uma avaliação de raciocínio verbal é um tipo de análise de habilidade ou aptidão, que pode ser aplicada ao se candidatar a uma vaga. Raciocínio verbal é parte da capacidade cognitiva ou inteligência geral; é a percepção, aquisição, organização e aplicação do conhecimento por meio da linguagem.



DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA

Frequência absoluta e Histograma1

Quando trabalhamos com um grande quantitativo de dados, passamos a trabalhar com os dados agrupados. Então fazemos uso das tabelas de distribuição de frequência, entre outros recursos que facilitarão a compreensão dos dados.

Na distribuição de frequência listamos todos os valores coletados, um em cada linha, marcam-se as vezes em que eles aparecem, incluindo as repetições, e conta-se a quantidade de ocorrências de cada valor. Por este motivo, tabelas que apresentam valores e suas ocorrências denominam-se distribuição de frequências.

O termo “frequência” indica o número de vezes que um dado aparece numa observação estatística. Exemplo:

Um professor organizou os resultados obtidos em uma prova com 25 alunos da seguinte forma:

<i>Notas dos 25 alunos</i>				
4,0	5,0	7,0	9,0	9,0
4,0	5,0	7,0	9,0	9,0
4,0	5,0	7,0	9,0	9,0
4,0	6,0	8,0	9,0	9,0
4,0	6,0	8,0	9,0	9,0

Vamos organizá-los de modo que a consulta a eles seja simplificada. Então, faremos a distribuição de frequência destas notas, por meio da contagem de dados, que podemos chamar de frequência de dados absolutos.

<i>Distribuição de frequência</i>	
<i>Nota</i>	<i>Freqüência, f (nº de alunos)</i>
4,0	5
5,0	3
6,0	2
7,0	3
8,0	2
9,0	10
$\Sigma f=25$	

Esta forma de organizar dados é conhecida como distribuição de frequência, e o número de vezes que um dado aparece é chamado de frequência absoluta. O somatório SEMPRE é a quantidade de dados apresentados, que neste é 25.



ADMINISTRAÇÃO GERAL

Dentre tantas definições já apresentadas sobre o conceito de administração, podemos destacar que:

“Administração é um conjunto de atividades dirigidas à utilização eficiente e eficaz dos recursos, no sentido de alcançar um ou mais objetivos ou metas organizacionais.”

Ou seja, a Administração vai muito além de apenar “cuidar de uma empresa”, como muitos imaginam, mas comprehende a capacidade de conseguir utilizar os recursos existentes (sejam eles: recursos humanos, materiais, financeiros,...) para atingir os objetivos da empresa.

O conceito de administração representa uma governabilidade, gestão de uma empresa ou organização de forma que as atividades sejam administradas com planejamento, organização, direção, e controle.

O ato de administrar é trabalhar com e por intermédio de outras pessoas na busca de realizar objetivos da organização bem como de seus membros.

Montana e Charnov

Principais abordagens da administração (clássica até contingencial)

É importante perceber que ao longo da história a Administração teve abordagens e ênfases distintas. Apesar de existir há pouco mais de 100 (cem) anos, como todas as ciências, a Administração evoluiu seus conceitos com o passar dos anos.

De acordo com o Professor Idalberto Chiavenato (escritor, professor e consultor administrativo), a Administração possui 7 (sete) abordagens, onde cada uma terá seu aspecto principal e agrupamento de autores, com seu enfoque específico. Uma abordagem, poderá conter 2 (duas) ou mais teorias distintas. São elas:

1. Abordagem Clássica: que se desdobra em Administração científica e Teoria Clássica da Administração.

2. Abordagem Humanística: que se desdobra principalmente na Teoria das Relações Humanas.

3. Abordagem Neoclássica: que se desdobra na Teoria Neoclássica da Administração, dos conceitos iniciais, processos administrativos, como os tipos de organização, departamentalização e administração por objetivos (APO).

4. Abordagem Estruturalista: que se desdobra em Teoria Burocrática e Teoria Estruturalista da Administração.

5. Abordagem Comportamental: que é subdividida na Teoria Comportamental e Teoria do Desenvolvimento Organizacional (DO).

6. Abordagem Sistêmica: centrada no conceito cibernético para a Administração, Teoria Matemática e a Teoria de Sistemas da Administração.

7. Abordagem Contingencial: que se desdobra na Teoria da Contingência da Administração.

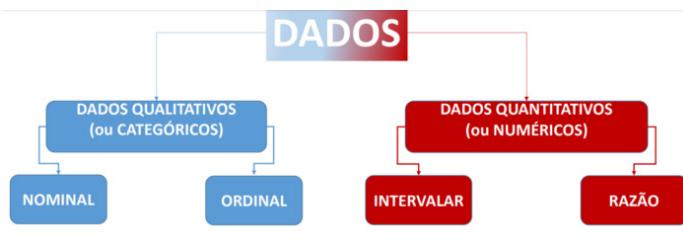


CONCEITOS, ATRIBUTOS, MÉTRICAS, TRANSFORMAÇÃO DE DADOS

Dados

Os dados são tão importantes para Ciência de dados quanto a ciência é para facilitar nossa vida. Existem diversos tipos deles¹.

Antes de falar sobre os tipos de dados, precisamos primeiro definir alguns termos que serão frequentemente usados posteriormente, um deles é o dataset. Um dataset, se traduzido literalmente é um conjunto de dados, mas essa não é uma boa representação pois conjunto de dados passa uma ideia muito mais abrangente, um dataset é sim um conjunto de dados, porém com uma estrutura bem definida e que normalmente pode ser descrito em formato de tabela.



Dados Numéricos

Dados numéricos são dados representados por números como o nome sugere, estes dividem-se em dois subgrupos: Discretos e Contínuos.

Os discretos representam valores inteiros, como “a quantidade de vezes que eu alunos que fecharam uma prova” ou “quantos passos eu gasto pra chegar no IMD”, são valores aos quais não faz sentido ter um valor quebrado/fração.

Enquanto os contínuos servem para representar esse outro universo em que os valores podem ser quebrados como “a velocidade média dos carros de fórmula um durante o GP do Brasil” ou “o K/D de um jogador durante uma partida de rainbow six siege”.

Dados Categóricos

Dados categóricos são aqueles decorrentes de observações de variáveis categóricas, ou seja, que identificam um caso para cada categoria. São divididos em dois tipos: nominais e ordinais.

ados nominais são uma subclasse de dados categóricos, ou seja, seus valores são divididos em categorias. Ao obtermos uma variável nominal, não podemos afirmar que ela possui relação de maior, menor ou qualquer outra medida com outra variável.

Uma variável nominal é apenas igual ou diferente de outra. Assim, não possuímos nenhuma ordenação entre categorias, viabilizando tratamento de campos que não são mensurados, como cor de cabelo, tipo sanguíneo, gênero musical e outros.

1 LUCENA, W. Tipos de atributos e dados.



Teoria Geral do Estado

Fixando-se, em largos traços, a noção de Teoria Geral do Estado, pode-se dizer que ela é uma disciplina de síntese, que sistematiza conhecimentos jurídicos, filosóficos, sociológicos, políticos, históricos, antropológicos, econômicos, psicológicos, valendo-se de tais conhecimentos para buscar o aperfeiçoamento do Estado, concebendo-o ao mesmo tempo, como um fato social e uma ordem, que procura atingir os seus fins com eficácia e com justiça¹.

Esta disciplina, como tal, é realmente nova, só aparecendo nos fins do século XIX. Entretanto, já na antiguidade greco-romana se encontram estudos que modernamente estariam no âmbito da Teoria Geral do Estado, como ocorre com escritos de, entre outros, Platão, Aristóteles e Cícero, aos quais, evidentemente, falta o rigor exigido pelas modernas concepções científicas.

Não há, nesses escritos, uma separação nítida entre a realidade observada e a realidade idealizada, havendo preocupação acentuada pela indicação da melhor forma de convivência social.

Durante a Idade Média também se encontram muitos trabalhos que, pelo menos em boa parte, podem ser considerados como situados no âmbito da Teoria Geral do Estado. Assim, por exemplo, muitos dos escritos de Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino, os quais, embora fundamentalmente opositos sob muitos aspectos, têm em comum a preocupação de justificar a ordem existente, a partir de considerações de natureza teológica.

Já no fim da Idade Média começam a surgir os primeiros sinais de reação a esse irrealismo como se verifica, por exemplo, na obra de Marsílio de Pádua, "Defensor Pacis", aparecida em 1324, onde chega a ser preconizada a separação, com independência recíproca, da Igreja e do Estado.

A grande revolução nos estudos políticos, com o abandono dos fundamentos teológicos e a busca de generalizações a partir da própria realidade, ocorre com Maquiavel, no início do século XVI.

Sem ignorar os valores humanos, inclusive os valores morais e religiosos, o notável florentino faz uma observação aguda de tudo quanto ocorria na sua época em termos de organização e atuação do Estado. Ao mesmo passo em que observa e vive, como Secretário da República de Florença, a intimidade dos fenômenos políticos, Maquiavel, dotado de vasta cultura histórica, também procede a comparações no tempo.

Dessa forma, conjugando fatos de épocas diversas, chega a generalizações universais, criando assim a possibilidade de uma ciência política.

Um excelente estudo sobre Maquiavel, suas ideias fundamentais e suas inovações metodológicas, foi publicado por Lauro Escorel, intitulado *Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel* (Rio de Janeiro, Organização Simões Editora, 1958). Por vários motivos, sobretudo por considerações interesseiras e imediatistas dos que não desejavam que fossem claramente revelados os verdadeiros fundamentos do poder a obra notável de Maquiavel sofreu restrições e deturpações durante vários séculos, sendo objeto, por isso, de apreciações apaixonadas, que prejudicaram a análise objetiva de sua contribuição.

1 <https://estudeidireito.files.wordpress.com/2016/03/dalmo-de-abreu-dallari-elementos-da-teoria-geral-do-estado.pdf>



Conceito

Contabilidade é ciência social que registra fenômenos financeiros e econômicos que estão atrelados com PATRIMÔNIO (bens, direitos e obrigações) da entidade (pode ser pessoa física ou jurídica; exemplo empresa, organização ou cia). Gerar relatórios com interpretação das mudanças que ocorreram com patrimônio da empresa e auxiliando na tomada de decisões pelos usuários.

Objetivo

Objetivo da Contabilidade é estudar e compreender o patrimônio, que é formado por:

- BENS – prédios, veículos, máquinas, estoque, etc;
- DIREITOS – contas a receber (exemplo, cliente que efetua o pagamento) que pode ser de curto ou longo prazo;
- OBRIGAÇÕES – contas a pagar (exemplo, boletos de fornecedores, empréstimos) que são em curto ou longo prazo;

E com identificação das alterações do patrimônio expor os dados aos usuários ligados a entidade (internos e externos) para desenvolver objetivos a organização.

Finalidade

Contabilidade tem finalidade de organizar, analisar e mensurar a riqueza da empresa. Com coleta e registro das mudanças do patrimônio, é possível visualizar o desenvolvimento da organização junto ao mercado.

Além de acompanhar os resultados, compreendendo os dados financeiros é possível a tomada de decisão pelos usuários da entidade. Com atual cenário econômico no mundo, a contabilidade passou a ser importante direcionador de estratégias definindo diretrizes a serem tomadas pelas empresas.

Usuários

Com as informações contábeis analisadas e registradas, os dados para criação de medidas ficam adequadas para os usuários internos e externos. Que são:

Internos – São aqueles que estão ligados diretamente com empresa, que precisam acompanhar o crescimento, rentabilidade, verificar a criação de projetos. Com os dados os usuários internos podem saber o melhor momento de expansão da empresa, como criação de filial; aumentar folha de pagamento; aumenta ou diminuição dos lucros.

- Sócios e proprietários;



Diante da globalização e do estreitamento das relações entre os países, viu-se a necessidade de uma padronização das Normas Internacionais da Contabilidade. Isso se tornou importante para que a comparabilidade e transparência dos relatórios fossem preservadas.

Dessa maneira, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) passou a ter como uma de suas funções a tradução das normas internacionais, que, no caso do Setor Público, são produzidas e emitidas pelo International Federation of Accountants (IFAC) e adaptadas para o contexto brasileiro. Em 23 de Setembro de 2016, o CFC aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) e suas técnicas aplicadas ao Setor Público, formando, assim, a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL.

Portanto, a Estrutura Conceitual traz os conceitos que devem ser levados em consideração pelas entidades públicas, na elaboração e divulgação dos seus relatórios contábeis.

Agora, se a atividade finalística do Estado é prestação de serviços à sociedade, qual a utilidade dessas informações para os seus usuários?

Então, para que haja a prestação de serviços pelo Estado são necessários recursos que financiem esses gastos. Diante do princípio Constitucional da “Eficiência”, o Estado deve oferecer o máximo com os recursos à sua disposição. Nesse sentido, encontra-se importância dos relatórios contábeis para os seus usuários, os quais acabam por ter uma função fiscalizatória sobre o dinheiro público.

Além disso, há outras informações que podem ser retiradas desses relatórios, como:

- a capacidade de prestação de serviços da entidade;
- os recursos disponíveis para gastos futuros;
- mudanças na carga tributária.

Agora, quem são os usuários desses relatórios emitidos pelas entidades do setor público?

Os principais usuários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) - como são conhecidos – são:

- Aqueles que utilizam os serviços oferecidos pelo Governo e pelas entidades do setor público;
- Os provedores dos recursos que financiam esses serviços.

Observação: Assim como os usuários citados acima, os membros do Poder Legislativo são considerados usuários primários dos RCPGs, já que são os representantes dos mais interessados na destinação dos recursos - os cidadãos -, que exercem fortemente a função fiscalizadora desses relatórios.

Além dos usuários primários, os RCPGs também devem atender àqueles que não são considerados cidadãos, mas que utilizam os serviços, ou seja, provedores de recursos e que dependam dos RCPGs para a tomada de decisão, prestação de contas e responsabilização (accountability).

Logo, a própria NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL exemplifica os “indivíduos que pagam tributos e recebem benefícios, mas não são cidadãos; agências bilaterais ou multilaterais; fornecedores de recur



CONCEITOS

A microeconomia é a área das ciências econômicas que estuda e interpreta o comportamento econômico individual, tanto de agentes econômicos, como de empresas.

O problema econômico fundamental é conhecido como lei da escassez de recursos de produção para a produção de bens e serviços que atendam todas as necessidades da sociedade.

A microeconomia estuda também como se formam os preços no mercado através da relação entre produtor e consumidor.

As variáveis econômicas são caracterizadas em variáveis-fluxo (medidas em relação a determinado período, como salário) e as variáveis-estoque (medidas em determinado período de tempo, como o saldo das contas bancárias).

MICROECONOMIA¹

Existem muitas maneiras de conceber a economia como um ramo do conhecimento. Para os economistas clássicos, como Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill, a economia é o estudo do processo de produção, distribuição, circulação e consumo dos bens e serviços (riqueza).

Por outro lado, para os autores ligados ao pensamento econômico neoclássico, a economia pode ser definida como a ciência das trocas ou das escolhas. Neste caso, para seguir a definição proposta por Lionel Robbins, a economia lidaria com o comportamento humano enquanto condicionado pela escassez dos recursos: a economia trata da relação entre fins e meios (escassos) disponíveis para atingi-los. Desse modo, o foco da ciência econômica consistiria em estudar os fluxos e meios da alocação de recursos para atingir determinado fim, qualquer que seja a natureza deste último. Segundo os economistas austriacos, especialmente Mises, a economia seria a ciência da ação humana proposital para a obtenção de certos fins em um mundo condicionado pela escassez.

A palavra economia deriva do grego *oikonomía*: *oikos* - casa, moradia; e *nomos* - administração, organização, distribuição. Deriva também do latim *oeconomia*: disposição, ordem, arranjo.

A economia moderna foi muito influenciada pela contribuição do escocês Adam Smith. Adam Smith, na sua obra *A Riqueza das Nações*, estabeleceu alguns dos princípios fundamentais da economia, que ainda hoje servem de guia aos economistas. Adam Smith foi o primeiro a defender que os interesses privados dos indivíduos produziam benefícios públicos. Porém, diferentemente do atual senso comum, Adam Smith nunca afirmou que o mercado independe do Estado, ideia esta difundida pelos neoliberais.

No entanto, algumas escolas atuais reconhecem que Aristóteles, outros pensadores gregos e os pensadores escolásticos do final da Idade Média também deram contribuições importantes à ciência econômica.

No século XIX, Karl Marx fez a crítica mais influente à economia de mercado e à ciência econômica ao defender que esta forma de organização econômica é uma forma de exploração do homem pelo homem. Marx defendia que toda riqueza era produzida pelo trabalho humano e que os donos do capital se limitavam a apropriar-se da riqueza produzida pelos trabalhadores.

1 <http://wwwfea.usp.br/feaecon/econoteen/o-que-e-economia.php>

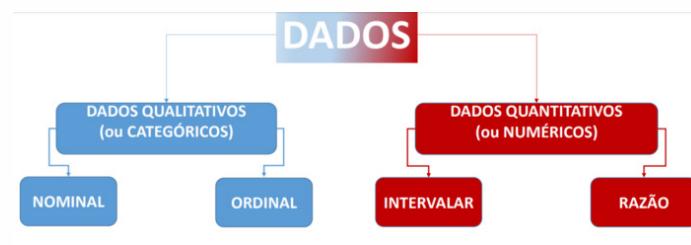


CONCEITOS, ATRIBUTOS, MÉTRICAS, TRANSFORMAÇÃO DE DADOS

Dados

Os dados são tão importantes para Ciência de dados quanto a ciência é para facilitar nossa vida. Existem diversos tipos deles¹.

Antes de falar sobre os tipos de dados, precisamos primeiro definir alguns termos que serão frequentemente usados posteriormente, um deles é o dataset. Um dataset, se traduzido literalmente é um conjunto de dados, mas essa não é uma boa representação pois conjunto de dados passa uma ideia muito mais abrangente, um dataset é sim um conjunto de dados, porém com uma estrutura bem definida e que normalmente pode ser descrito em formato de tabela.



Dados Numéricos

Dados numéricos são dados representados por números como o nome sugere, estes dividem-se em dois subgrupos: Discretos e Contínuos.

Os discretos representam valores inteiros, como “a quantidade de vezes que eu alunos que fecharam uma prova” ou “quantos passos eu gasto pra chegar no IMD”, são valores aos quais não faz sentido ter um valor quebrado/fração.

Enquanto os contínuos servem para representar esse outro universo em que os valores podem ser quebrados como “a velocidade média dos carros de fórmula um durante o GP do Brasil” ou “o K/D de um jogador durante uma partida de rainbow six siege”.

Dados Categóricos

Dados categóricos são aqueles decorrentes de observações de variáveis categóricas, ou seja, que identificam um caso para cada categoria. São divididos em dois tipos: nominais e ordinais.

Os nominais são uma subclasse de dados categóricos, ou seja, seus valores são divididos em categorias. Ao obtermos uma variável nominal, não podemos afirmar que ela possui relação de maior, menor ou qualquer outra medida com outra variável.

Uma variável nominal é apenas igual ou diferente de outra. Assim, não possuímos nenhuma ordenação entre categorias, viabilizando tratamento de campos que não são mensurados, como cor de cabelo, tipo sanguíneo, gênero musical e outros.

1 LUCENA, W. Tipos de atributos e dados.



Estado

Conceito, Elementos e Princípios

Adentrando ao contexto histórico, o conceito de Estado veio a surgir por intermédio do antigo conceito de cidade, da polis grega e da civitas romana. Em meados do século XVI o vocábulo Estado passou a ser utilizado com o significado moderno de força, poder e direito.

O Estado pode ser conceituado como um ente, sujeito de direitos, que possui como elementos: o povo, o território e a soberania. Nos dizeres de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2010, p. 13), “Estado é pessoa jurídica territorial soberana, formada pelos elementos povo, território e governo soberano”.

O Estado como ente, é plenamente capacitado para adquirir direitos e obrigações. Ademais, possui personalidade jurídica própria, tanto no âmbito interno, perante os agentes públicos e os cidadãos, quanto no âmbito internacional, perante outros Estados.

Vejamos alguns conceitos acerca dos três elementos que compõem o Estado:

POVO: Elemento legitima a existência do Estado. Isso ocorre por que é do povo que origina todo o poder representado pelo Estado, conforme dispõe expressamente art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal:

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

O povo se refere ao conjunto de indivíduos que se vincula juridicamente ao Estado, de forma estabilizada.

Entretanto, isso não ocorre com estrangeiros e apátridas, diferentemente da população, que tem sentido demográfico e quantitativo, agregando, por sua vez, todos os que se encontrem sob sua jurisdição territorial, sendo desnecessário haver quaisquer tipos de vínculo jurídico do indivíduo com o poder do Estado.

Com vários sentidos, o termo pode ser usado pela doutrina como sinônimo de nação e, ainda, no sentido de subordinação a uma mesma autoridade política.

No entanto, a titularidade dos direitos políticos é determinada pela nacionalidade, que nada mais é que o vínculo jurídico estabelecido pela Constituição entre os cidadãos e o Estado.

O Direito nos concede o conceito de povo como sendo o conjunto de pessoas que detém o poder, a soberania, conforme já foi explicitado por meio do art. 1º. Parágrafo único da CFB/88 dispondo que “Todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

TERRITÓRIO: pode ser conceituado como a área na qual o Estado exerce sua soberania. Trata-se da base física ou geográfica de um determinado Estado, seu elemento constitutivo, base delimitada de autoridade, instrumento de poder com vistas a dirigir o grupo social, com tal delimitação que se pode assegurar à eficácia do poder e a estabilidade da ordem.

O território é delimitado pelas fronteiras, que por sua vez, podem ser naturais ou convencionais. O território como elemento do Estado, possui duas funções, sendo uma negativa limitante de fronteiras com a



Classificação

A doutrina majoritária classifica a competência tributária em:

- **Competência Privativa**

Refere-se à competência para criar impostos atribuída com exclusividade a um ente político. Os impostos tiveram sua competência para instituição definida pela CF de maneira privativa.

Assim, cabe privativamente a instituição dos seguintes impostos:

- a) À União: IR, II, IE, IOF, IPI, IEG, IGF, ITR, impostos residuais.
- b) Aos Estados e DF: IPVA, ITCMD, ICMS.
- c) Aos Municípios e DF: ISS, IPTU, ITBI.

A lista de impostos dos Estados, DF e Municípios é absolutamente exaustiva, não podendo instituírem quaisquer outros. Já a da União é exemplificativa, já que os impostos residuais permitem a criação de uma série de outros impostos por meio de lei complementar, inclusive permitindo a bitributação¹ e o bis in idem².

- **Competência Tributária Comum**

Ela é comum quando todos os entes federativos podem instituir os mesmos tributos, como por exemplo as taxas e contribuição de melhoria.

- **Competência Tributária Cumulativa**

Prevista no art. 147 da CF/88, refere-se à competência da União em instituir impostos estaduais nos Territórios, os Municipais, caso eles não sejam divididos em Municípios, e da competência do DF instituir os impostos municipais em seu território.

CF, Art. 147. Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.

- **Competência Tributária Plena**

A União poderá instituir e cobrar todos os tributos previstos na Constituição da República, em caso de criação de Território e não sendo este, subdividido em Municípios. Seria o único caso de competência tributária plena.

1 Bitributação é um fenômeno do direito tributário que leva à tributação dupla de um mesmo fato gerador, realizada por dois entes diferentes. Ou seja: dois poderes públicos (União, estados e municípios, por exemplo) cobram um tributo do contribuinte sobre a mesma operação.

2 O bis in idem é um fenômeno do direito que consiste na repetição (bis) de uma sanção sobre o mesmo fato (in idem). Ele pode ocorrer em diversas áreas do direito brasileiro, como no ramo do Direito Tributário, quando o mesmo ente tributante cobra um tributo do mesmo contribuinte sobre o mesmo fato gerador várias vezes. É importante destacar que o bis in idem não pode ser confundido com a bitributação, que ocorre quando entes distintos realizam a cobrança do mesmo tributo sobre um mesmo contribuinte.



Seguridade Social

A Seguridade Social originou-se no Brasil em 2007, com a fusão entre a Secretaria da Receita Previdenciária (SRP) e a Secretaria da Receita Federal (SRF), gerando assim, a Receita Federal do Brasil (RFB), a qual ficou responsável, desde então, pelo custeio da Seguridade Social. A parte da concessão de benefícios continua sendo realizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)¹.

A seguridade social no Brasil consiste no conjunto integrado de ações que visam a assegurar os direitos fundamentais à saúde, à assistência e à previdência social, de iniciativa do Poder Público e de toda a sociedade, nos termos do artigo 194, da Constituição Federal. Assim, não apenas o Estado atua no âmbito da seguridade social, pois é auxiliado pelas pessoas naturais e jurídicas de direito privado, a exemplo daqueles que fazem doações aos carentes e das entidades filantrópicas que prestam serviços de assistência social e de saúde gratuitamente.

A maioria dos princípios informadores da seguridade social encontra-se arrolada no artigo 194, da Constituição Federal, sendo tratados como objetivos do sistema pelo constituinte, destacando-se que a sua interpretação e grau de aplicação variará dentro da seguridade social, a depender do campo de incidência, se no subsistema contributivo (previdência social) ou no subsistema não contributivo (assistência social e saúde pública).

Dispõe o Art. 194 da CF/88:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

A competência para legislar sobre Seguridade Social é privativa da União, mas pode ser delegado aos

1 https://atualizacoes.editoraferreira.com.br/admin/uploads/arquivos/Material_complementar_Direito_Previdenciario_All_in_One.pdf



Conceito

Contabilidade é ciência social que registra fenômenos financeiros e econômicos que estão atrelados com PATRIMÔNIO (bens, direitos e obrigações) da entidade (pode ser pessoa física ou jurídica; exemplo empresa, organização ou cia). Gerar relatórios com interpretação das mudanças que ocorreram com patrimônio da empresa e auxiliando na tomada de decisões pelos usuários.

Objetivo

Objetivo da Contabilidade é estudar e compreender o patrimônio, que é formado por:

- BENS – prédios, veículos, máquinas, estoque, etc;
- DIREITOS – contas a receber (exemplo, cliente que efetua o pagamento) que pode ser de curto ou longo prazo;
- OBRIGAÇÕES – contas a pagar (exemplo, boletos de fornecedores, empréstimos) que são em curto ou longo prazo;

E com identificação das alterações do patrimônio expor os dados aos usuários ligados a entidade (internos e externos) para desenvolver objetivos a organização.

Finalidade

Contabilidade tem finalidade de organizar, analisar e mensurar a riqueza da empresa. Com coleta e registro das mudanças do patrimônio, é possível visualizar o desenvolvimento da organização junto ao mercado.

Além de acompanhar os resultados, compreendendo os dados financeiros é possível a tomada de decisão pelos usuários da entidade. Com atual cenário econômico no mundo, a contabilidade passou a ser importante direcionador de estratégias definindo diretrizes a serem tomadas pelas empresas.

Usuários

Com as informações contábeis analisadas e registradas, os dados para criação de medidas ficam adequadas para os usuários internos e externos. Que são:

Internos – São aqueles que estão ligados diretamente com empresa, que precisam acompanhar o crescimento, rentabilidade, verificar a criação de projetos. Com os dados os usuários internos podem saber o melhor momento de expansão da empresa, como criação de filial; aumentar folha de pagamento; aumenta ou diminuição dos lucros.

- Sócios e proprietários;
- Acionista;
- Empregados;
- Administradores.



SEÇÃO III

DOS IMPOSTOS DA UNIÃO

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

- I - importação de produtos estrangeiros;
- II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;
- III - renda e proventos de qualquer natureza;
- IV - produtos industrializados;
- V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;
- VI - propriedade territorial rural;
- VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

§ 1º - É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V.

§ 2º - O imposto previsto no inciso III:

I - será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei;

§ 3º - O imposto previsto no inciso IV:

I - será seletivo, em função da essencialidade do produto;

II - será não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores;

III - não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.

IV - terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei.

§ 4º O imposto previsto no inciso VI do caput:

I - será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas;

II - não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel;

III - será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.



Legislação Aduaneira

Jurisdição Aduaneira

O termo jurisdição é derivado do latim *jurisdictio* e significa “todo poder ou autoridade conferida à pessoa, em virtude da qual pode conhecer de certos negócios públicos e os resolver”.

É o poder atribuído à autoridade aduaneira para que se faça cumprir a administração das atividades e a fiscalização, bem como o controle e a tributação das operações de comércio exterior.

No Brasil, a jurisdição aduaneira estende-se por todo o território aduaneiro, abrangendo:

- Zona Primária: constituída pelas seguintes áreas demarcadas pela autoridade aduaneira local:
 - a área terrestre ou aquática, contínua ou descontínua, nos portos alfandegados;
 - a área terrestre, nos aeroportos alfandegados;
 - a área terrestre, que compreende os pontos de fronteira alfandegados.
- Zona Secundária, que compreende a parte restante do território aduaneiro, nela incluídas as águas territoriais e o espaço aéreo.
- Áreas de Controle Integrado criadas em regiões limítrofes dos países integrantes do Mercosul com o Brasil.

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizaremos como base o estudo a respeito deste assunto do professor João Valério, no qual aborda com grande clareza e facilidade de entendimento.

Território Aduaneiro

A jurisdição dos serviços aduaneiros abrange todo o território aduaneiro, sendo que no Brasil, o território aduaneiro ocupa o mesmo espaço do território nacional.

Ou seja, a extensão territorial na qual o Direito Aduaneiro é aplicável abrange todo o território nacional, não existindo áreas livres do exercício das funções aduaneiras.

O território aduaneiro encontra-se dividido em duas grandes áreas:

- Zona Primária

- a) A área, terrestre ou aquática, contínua ou descontínua, dos portos alfandegados;
- b) A área terrestre dos aeroportos alfandegados; e
- c) A área terrestre que corresponde aos pontos de fronteira alfandegados.

Vale ressaltar que todas essas áreas que compõem a zona primária têm que ser alfandegados, ou seja, têm que ser autorizados a exercer o controle aduaneiro, ter autorização para que neles a autoridade competente exerça o controle aduaneiro. As zonas de processamento de exportação constituem zona primária.

- Zona Secundária

- a) Restante do território aduaneiro;